

ACENO HUMANISTA E OTIMISTA DOS GESTORES DA COORDENADORIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA DA SESP/MT

CASTRO, Clarindo Alves de.¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar a visão de todos os oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso que administraram e/ou administra a Coordenadoria da Polícia Comunitária da SESP e da gestora da Coordenadoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMMT, sobre os cursos da polícia comunitária neste Estado. Faz parte de uma pesquisa do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Instituto de Educação – IE/ Programa de Pós-Graduação em Educação que tem como objetivo descrever e compreender os fundamentos técnico-metodológicos dos Cursos de Promotor e Multiplicador da filosofia da Polícia Comunitária que visam capacitar profissionais da segurança pública e líderes comunitários para compartilharem o trabalho de combate aos crimes, às drogas, desordens e violência de toda ordem nas comunidades e descrever, compreender e interpretar o possível impacto dessa formação na sensibilização de líderes comunitários relativa ao trabalho conjunto de enfrentamento da violência e criminalidade em Mato Grosso.

Palavras-chave: Curso de Polícia Comunitária, Gestores, Polícia Comunitária.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the vision of all officers of the Military Police of Mato Grosso who administered and / or administers the Community Policing Coordinator of the SESP and managing the Coordination of Community Policing and Human Rights PMMT, police on courses Community Mato Grosso. It is part of a research Master's degree in Education, Federal University of Mato Grosso Institute of Education - IE / Graduate Program in Education that aims to describe and understand the fundamentals of technical and methodological courses Promoter and Multiplier Community Policing philosophy that aim to empower public safety professionals and community leaders to share the work of combating crimes, drugs, disorder and violence of all kinds in communities and describe, understand and interpret the potential impact of this training on awareness of community leaders on joint work to combat violence and crime in Mato Grosso.

¹ Mestrando em Educação (IE/UFMT – 2011 a 2012), Especialista em Gestão Pública com ênfase em Análise de Inteligência pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Possuidor do Curso Superior de Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro e Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Autor do livro Inteligência de Segurança Pública: Um Xeque-Mate na criminalidade. e-mail: alves.castro@yahoo.com.br.

Keywords: Community Policing Course, Course Managers, Community Policing.

INTRODUÇÃO

Numa dimensão fenomenológica faremos um sobrevoo nas percepções dos oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso que administraram a Coordenadoria da Polícia Comunitária da SESP e da gestora da Coordenadoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMMT, sobre os cursos da polícia comunitária em Mato Grosso. Assim, analisaremos as respostas dos seguintes oficiais: tenente-coronel Wilson Batista que foi coordenador da Polícia Comunitária da Secretaria de Justiça e Segurança Pública no período de 2003 á 2007; tenente-coronel Adriana de Souza Metelo, no período de 27 de março à 28 de setembro de 2007; o tenente-coronel Gley Alves de Almeida Castro, no período de 03 de outubro de 2007 a 31 de julho de 2009; o tenente-coronel PM Jonas Duarte de Araújo no período de 01 de agosto de 2009 a 01 dezembro de 2011; o atual coordenador major Júlio Martins de Carvalho e, a major Rosalina Gomes de Pinho que é coordenadora da recém-criada Coordenadoria da Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar de Mato Grosso.

Este artigo integra as pesquisas do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Instituto de Educação – IE/ Programa de Pós-Graduação em Educação que tem como objetivo descrever e compreender os fundamentos técnico-metodológicos dos Cursos de Promotor e Multiplicador da filosofia da Polícia Comunitária que visam capacitar profissionais da segurança pública e líderes comunitários para compartilharem o trabalho de combate aos crimes, às drogas, desordens e violência de toda ordem nas comunidades e descrever, compreender e interpretar o possível impacto dessa formação na sensibilização de líderes comunitários relativa ao trabalho conjunto de enfrentamento da violência e criminalidade em Mato Grosso.

Serão respondidos os questionamentos acerca da: desempenho do policiamento comunitário no Estado de MT; o relacionamento com os líderes comunitários; a estratégia adotada para fortalecer essa metodologia de trabalho neste Estado; resistência a esse modelo; reação da polícia, do

governo e da comunidade a essa iniciativa; a importância do trabalho policial for pautado pela filosofia da Polícia Comunitária; os cursos de Polícia Comunitária (Promotor e Multiplicador) realizado no Estado de Mato Grosso são indispensáveis ao processo de melhoria da segurança pública? Esses cursos tem envolvido a comunidade na democratização da segurança pública? Avaliação do papel do líder comunitário junto à comunidade após ele ter realizado o curso de Polícia Comunitário em Estado de Mato Grosso? Avaliação dos cursos pelos participantes; CONSEGs; crítica dos líderes comunitários; planejamento dos cursos de polícia comunitária.

Na vertente de Trajanowicz Buqueroux (1994) que conceitua a polícia comunitária como sendo uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área.²

DESENVOLVIMENTO

Para o tenente-coronel Wilson Batista – coordenador da Polícia Comunitária da então Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Mato Grosso no período de 2003 á 2007 – o Estado de Mato Grosso continua estimulando as práticas comunitarizantes de aproximação da sociedade. Ele afiançou que mantém um excelente relacionamento com os líderes comunitários. Acerca da estratégia adotada para fortalecer a metodologia de trabalho Wilson Batista disse que:

Inicialmente, buscou-se levar as comunidades o significado de Polícia Comunitária, foram realizadas reuniões para criar Conseg's. Outro passo foi possibilitar a realização de cursos de capacitação para os policiais militares, civis, bombeiros militares, componentes de Conseg's, empresários. Durante o desenvolvimento dos trabalhos para massificar o entendimento e a mudança que se

²Trojanowicz, Robert; Bucqueroux, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: PMERJ, 1994, p.04.

¹⁷FERREIRA, Carlos Ademar. Implementação da Polícia Comunitária – Projeto para uma Organização em Mudança. SP: PMESP, CSP-II/95, Monografia. p. 56.

estabeleceria com o desenvolvimento de polícia comunitária, foram realizados Fórum de caráter nacional e internacional, onde diversas instituições policiais do Brasil mostraram os trabalhos desenvolvidos, servindo como intercâmbio de boas práticas. Em nível internacional participaram instituições como a Polícia do Japão, Canadá, Chile, Espanha que apresentaram aos participantes que levou policiais militares, civis, sociedade civil organizada e os componentes dos Conseg's. Todo esse trabalho inicial foi desenvolvido com intuito de quebrar paradigmas existentes em torno do conflito de polícia comunitária.

Batista manifestou também que no período da implantação da Polícia Comunitária houve muita resistência. Era algo novo e causaria mudanças. Essas resistências eram tanto internas, da própria corporação, como também por parte de segmentos da comunidade. Segundo ele, o resultado para ser alcançado seria longo, contudo, a população brasileira acostumou-se a resultados imediatos. Por assim, ele acredita que a ação reativa ainda prospera.

Segundo Batista, o processo de implantação da polícia comunitária, ou, a evolução³, foi facilitado em virtude do apoio governamental. Ele manifestou que: “o Governo na época tinha um claro entendimento de que o caminho era exatamente o de fortalecer o trabalho de segurança, buscando a participação social com isso as propostas estratégicas desencadeadas foram acolhidas e desenvolvidas”.

O compartilhamento de responsabilidade entre as instituições policiais e a sociedade e demais segmentos, justifica a importância do trabalho policial ser pautado pela filosofia da Polícia Comunitária. Isso, de acordo com o ex coordenador, melhora a qualidade da segurança pública em Mato Grosso.

Sobre os cursos de Polícia Comunitária Batista entende que após a participação nos cursos, o que se verifica é exatamente a não inclusão dos componentes na democratização da segurança. Para ele as instituições embora tentem possibilitar abertura, mas na prática ainda não ocorre, as

³De acordo com Marcineiro (2005, p. 15) um programa deve ter começo, meio e fim, ao passo que a adoção de uma filosofia de trabalho se processa por incremento, com mudanças ao sabor das variáveis intervenientes, impostas sem controle possível no tempo e no espaço, e que será materializada pela absorção dos preceitos pela cultura organizacional. **Só é possível, portanto, evoluir** para uma nova postura organizacional pela mudança cultural em decorrência da adoção de uma nova filosofia de trabalho. Por isso não é possível implantar Polícia Comunitária. **É possível, sim, evoluir por ela.** Marcineiro (2005, p. 83) adverte ainda que não é possível de uma hora para a outra abandonar a base doutrinária e a cultura de uma organização, cujos parâmetros serviram de referencial de conduta por longo tempo, **é possível fazer evolução** para uma postura operacional que contemple valores e exigências contemporâneas. (grifei)

comunidades inclusive foram chamadas para participar de planejamentos estratégicos participativos, apontaram demandas, porém após conclusão, não houve continuidade pelas partes no cumprimento de metas estabelecidas. A falta de identificação do setor de segurança, incluindo as instituições promove ciclos de “altos e baixos” o que leva a falta de credibilidade nos projetos.

O papel do líder comunitário, mesmo após ter realizado o curso de polícia comunitária, ainda não está plenamente entendível. Wilson Batista sustenta essa opinião argumentando que: Por meio de pesquisas realizadas junto aos Conseg's, verifica-se uma enorme dificuldade dos componentes reunir-se para tratar sobre segurança pública.

Os professores desses cursos eram compostos por: Delegados de Polícia Civil, Oficiais e praças da Polícia Militar, que em geral eram bem avaliados pelos alunos.

Como coordenador da Coordenadoria de Polícia Comunitária o tenente-coronel Wilson Batista criou os primeiros 35 Conseg's, entre Cuiabá, Várzea Grande e interior.

Para Batista os cursos de polícia comunitária – primeiramente realizados em Cuiabá e em seguida no interior do Estado – promovem a consciência de que Segurança Pública necessita da participação integral de todos os segmentos, tornando-se mais crítica.

A tenente-coronel Adriana de Souza Metelo foi coordenadora da Polícia Comunitária no período de Precisamente de 27 de março à 28 de setembro de 2007, e entende que o Estado de Mato Grosso poderia estar mais avançado na implementação dessa filosofia. Ela justifica aduzindo que:

Mato Grosso foi uns dos Estados que sempre apresentou propostas nesse assunto, ainda que não tivesse a nítida ideia da filosofia hoje estabelecida pela SENASP. Li monografias na nossa biblioteca da Academia de Polícia Militar Costa Verde que já anunciavam esse imaginário de policiamento. Talvez por ausência de uma consciência mais sólida construída pela Instituição, com pesquisa, participação dos membros das classes internas e da própria comunidade e a implementação nas instruções e no ensino formativo e não por iniciativas próprias, estivéssemos muitos mais adiantados. Mas o estado atual faz parte do processo dessa consciência imaginária (visão de polícia cidadã) que está virando ação (policiamento comunitário). Contudo nossa política de querer essa Polícia Cidadã criou hábitos positivos como as Bases Comunitárias de Segurança, o Manual e Polícia Comunitária, os programas também são importantes indícios dessa vontade não só das

instituições mas também do Estado por intermédio da SESP como o trabalho integrado dos membros das Instituições nos mutirões da cidadania que fazem verdadeira peregrinação por todos os nossos municípios e até em aldeia indígenas o que nos é muito peculiar como cultura, e a última notícia o que considero a melhor de todas foi a criação da Coordenadoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária na PMMT que em meu ver está sendo por uma pessoa competente e capacitada na metodologia de polícia comunitária tanto nos cursos da SENASP e no CAO e tudo que vi ultimamente nos relatórios dessa coordenadoria foram a busca de dados, intervenções positivas tais como: organização da filosofia de polícia comunitária no alto escalão e um linguagem única para instituição.

Com relação ao relacionamento da militar com a liderança comunitária ela faz a seguinte contextualização:

Assumi a Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária por imposição e não por convite ou por qualquer afinidade que à época eu tivesse. Em setembro do ano anterior tinha concluído meu Curso Nacional de Polícia Comunitária, o qual diga-se de passagem foi a primeira vez que tive contato com a filosofia. A Polícia Militar tinha trocado de Comandante Geral e o atual era da opinião que não haveria necessidade do policial especialista e por isso não era necessário unidades específicas para abrigar policiais militares somente para realizarem policiamento. Quando assumi peguei o bonde já bem adiantado tanto na política de polícia comunitária quanto na desativação das unidades. Dessa forma para os líderes comunitários minha presença representava a positivação não só da desativação das unidades, mas de tudo que já tinha sido construído. Tive muita resistência. Com o tempo e nova equipe e a liberdade do Secretário de Segurança à época foi apresentado um novo jeito de fazer o que já se fazia antes, contudo, agora, com maximização dos meios ou seja: incluindo outros atores nesse processo como a Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e a POLITEC e outras medidas tais como uma nova forma de administrar a Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária a começar pelo alargamento do orçamento com a contribuição de todos os órgãos operadores dessa política dentro da SESP.

A estratégia adotada pela tenente-coronel Adriana para adoção e fortalecimento da polícia comunitária foi a maximizar os meios (VTR's), aproveitar dos espaços físicos, distribuir equipamentos e exigir a capacitação na filosofia para trabalhar na administração das atividades comunitárias e também do quadro docente dos cursos e a generalização à todos os membros institucionais de uma única identificação da política estadual de polícia comunitária – Bases Comunitárias de Segurança, porque não de polícia comunitária? Porque na SESP não existiam só policiais, mas peritos, e outros voluntários.

Para Adriana, essa estratégia corrobora com a co-responsabilização dos órgãos operadores da SESP no trabalho integrado por intermédio das instituições dentro de suas respectivas expertises e em cooperação com outros órgãos do estado: Secretarias de saúde, educação, trabalho, emprego e cidadania, administração, fazenda; Ministério Público; Tribunal de Justiça; Assembleia Legislativa; Rede Cidadã; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Igrejas; ONG's e enfim, a própria comunidade organizada por meio dos CONSEG's.

Malgrado estar convencida da importância do trabalho da Polícia Comunitária para otimização da segurança pública mato-grossense, para a ex coordenadora da Polícia Comunitária, o trabalho não foi fácil e houve muita resistência. Ela disse que a maior resistência ocorreu na implantação da nova política de Bases Comunitárias de Segurança. Para ela:

a principal que foi encontrada foi a da própria Polícia Militar que entendia que por haver iniciado o processo tinha o direito absoluto sobre a política de polícia comunitária no Estado e que não cabia aos demais órgãos essa atividade. Mas com o tempo a prática demonstrou que era possível. Contudo, não podemos ignorar o fato de que essas questões envolvem os líderes de cada uma das instituições e que essa integração pode variar para mais ou para menos a medida que essa aderência também é percebida pelo alto escalão e seus objetivos de comando e administração.

Na sua percepção cada instituição reagiu de uma forma distinta por ocasião da implantação da filosofia da Polícia Comunitária. Umhas mais conservadoras e receosa de perder espaços junto à comunidade. Outras a viram como uma oportunidade.

Adriana entende que o trabalho policial deve ser pautado pela metodologia da Polícia Comunitária e somente assim haverá melhoria na segurança pública de Mato Grosso. Para ela a principal melhoria é a organização que a filosofia proporciona. Passa primeiro pelo imagético (como penso a forma) para depois organizar a ação (capacitação, estratégias, táticas, logística e orçamento).

Sobre os Cursos de Polícia Comunitária (Promotor e Multiplicador) realizado no Estado de Mato Grosso, a militar entende que eles são considerados uma ferramenta indispensável ao processo de melhoria da segurança pública. Contudo ela adverte que não podem ser massificados e

generalizados. Ela vaticina que os cursos devem e necessitam produzir produtos: pesquisas, dados, ideias, renovar o pensamento e provocar sempre a discussão mediada e pacificada dos problemas de segurança da comunidade, das instituições policiais e das condições de trabalho dos policiais e voluntários.

Com relação à democratização da segurança pública por meio dos cursos da Polícia Comunitária ela entende que a democratização é permeada pelo envolvimento cooperativo de todos os representantes da segurança pública possíveis sentados lado à lado refletindo e discutindo o que tanto de perto os rodeia – o crime e a violência.

No tocante ao busílis deste artigo pesquisa: o papel do líder comunitário junto à comunidade após ele ter realizado o curso de Polícia Comunitária em Estado de Mato Grosso, Adriana assevera que:

No tempo que estava à frente da Coordenadoria não tive a oportunidade de ver muitos resultados positivos. Me deparei com muito interesse político e pouco interesse na comunidade. Penso que, talvez a linguagem dos material não era acessível aquele público naquele momento e por isso o desinteresse com o conteúdo e aprendizagem. Entendo que o interesse estava relacionado ao relacionamento político dos CONSEG's e seu passaporte aos locais de segurança pública e seus agentes estatais com influência no fazer polícia comunitária, tudo isso claro relevando uma porcentagem comprometido com o processo já não de implementação mas de fortalecimento do novo paradigma.

No período em que foi coordenadora da Polícia Comunitária Adriana disse que os professores dos referidos cursos eram profissionais da segurança pública e alguns professores de outros órgãos. Em geral, para o curso de multiplicador os professores eram Oficiais (PM, BM) e Delegados. Já para o curso de Multiplicador era mais democrática tinham civis, oficiais e praças (PM, BM) e Delegados. Eles eram escolhidos entre os voluntários após realizarem o curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária. De acordo com Adriana, muito embora houvessem membros das comunidades nos cursos, esses, à época, não eram convidados a fazerem parte do quadro docente. Apresentavam como perfil a habilidade para ministrar e a compreensão da filosofia de Polícia Comunitária, muitas das vezes eram especialistas em determinado assunto, que é o caso dos psicólogos no assunto mediação de conflito.

A avaliação desses professores era por meio de uma ficha padrão que tinha critérios estabelecidos pela SENASP (que era mantenedora de 90% dos recursos dos Cursos) que então, segundo Adriana, fazia tipo um ranking dos melhores avaliados o que inclusive era utilizada para convidar esses instrutores para ministrarem determinados assuntos também no multiplicador nacional em outros estados. Já que os cursos eram realizados de forma regionalizada (centro oeste, sul, suldeste, nordeste, norte e Distrito Federal). Na maioria das vezes os professores eram bem conceituados pelos alunos.

Adriana teve a desafiadora incumbência de promover a transposição do modelo de Companhia de Polícia Comunitária para Bases Comunitárias de Segurança e, por consequência desenvolver e estimular a integração dos órgãos operadores da Segurança Pública (PMMT, PJC, CBM e POLITEC). Em sua gestão, outro desafio foi dar continuidade a criação de novos conselhos. Ela conseguiu inaugurar 16 novos CONSEG's.

Para Adriana, após realizar o curso de polícia comunitária a liderança comunitária aumentada, relativamente, a criticidade em relação á segurança pública. Segundo ela: “passa a ser mais crítica com a qualidade do líder ou comandante do policiamento e outras atividades de segurança. Mas passa a ser mais passivo com as autoridades estatais com medidas efetivas na segurança pública. Entendo que esse fenômeno esteja associado a mais acessibilidade dos policiais do que dos políticos”.

O desenvolvimento dos cursos eram planejados por intermédio das Coordenadorias estaduais de Policiais Comunitárias e de acordo com a SENASP deveriam ser realizados nos intervalos entre os Cursos de Multiplicador Nacional, que tinham um calendário nacional para acontecerem. Sobre a organização dos cursos Adriana discorre que:

Na coordenadoria existia um gerência de capacitação que realizava todos os processos tais como a escolha dos professores e o contato de confirmação com o Quadro de Trabalho Semanal (QTS) distribuía os horários, quantidade de hora/aula por assunto (ementa), e catalogação dos dados para o pagamento de hora/aula. A própria coordenadoria tinha como protocolo desses cursos realizar a aula inaugural, os *coffee breaks*, anotar faltas e uma formatura ao final para entrega dos diplomas e as fotos. E tínhamos o prazo de uma semana após a finalização do curso para encaminhar a SENASP as avaliações dos docentes, do coordenador, e dos meios auxiliares,

instalações físicas e outros aspectos do curso. Então podemos compreender que só executávamos o que na verdade já vinha em um padrão da SENASP, como dava certo fazíamos o mesmo com o nosso de Promotor de Polícia Comunitária.

A despeito das resistências comentadas anteriormente Adriana acredita que elas ainda persistem. Segundo ela, principalmente daqueles cujo capital cultural é o do uso da força sempre! Aqueles cuja filosofia teve êxito estão obtendo cooperação da comunidade e aderência à ideia de polícia cidadã.

No período de 03 de outubro de 2007 a 31 de julho de 2009 estive à frente da Coordenadoria de Polícia Comunitária o tenente-coronel Gley Alves de Almeida Castro, em substituição à tenente-coronel Adriana.

Alves é enfático ao afirmar que o Estado de Mato Grosso continua desenvolvendo a filosofia da polícia comunitária. Ele entende que o Estado por meio da Secretaria de Segurança Pública está dando continuidade à política de polícia comunitária. Ele aduz que: “prova disso está no plano estadual de segurança pública 2012 a 2015 que enumera no seu primeiro objetivo estratégico a melhoria de atendimento e o fortalecimento na aproximação do cidadão com ações de segurança pública, busca também maior estruturação física e logística para o desenvolvimento das atividades de polícia comunitária, assim como estimula e propõe novos cursos para formação e aperfeiçoamento dos seus integrantes e parceiros”.

Com relação ao relacionamento com a comunidade, no tempo em que foi coordenador da Polícia Comunitária, Alves acredita que foi excelente.

(...) sempre obtivemos um excelente relacionamento com os líderes comunitários, principalmente da capital pela maior proximidade com os mesmos. Foram inúmeras parcerias de ações de prevenção desencadeadas, desde blitz educativas, a ações sociais, esportivas e recreativas e mesmo os grandes “mutirões da Cidadania” eventos com envolvimento de muitos parceiros governamentais e não governamentais.

De acordo com Alves a estratégia adotada pelo Estado é a busca pela integração com a comunidade. Ele sentencia que a estratégia principal do Estado é de uma Política de Polícia Comunitária Integrada, onde todos os segmentos da segurança pública do estado desenvolvam este trabalho em

parceria com a sociedade civil organizada. Política esta fundamentada no princípio democrático do direito, em que todos nós cidadãos temos responsabilidade pela nossa qualidade de vida e, portanto devemos participar ativamente da construção desta cidadania em busca da Paz social. Entretanto o trabalho não foi fácil. Alves afiança que houve muita resistência para o desenvolvimento dessa metodologia nova de trabalho.

Percebemos esta Polícia intitulada de comunitária como uma nova estratégia e uma nova filosofia de enfrentamento da criminalidade e da violência, onde as ações pró-ativas, preventivas e integradas são fundamentais. Assim, nestas mudanças de paradigmas sempre há resistência, pois perpassa por mudanças de modelos de pensamentos e atitudes.

A comunidade, identicamente, reagiu com certa desconfiança. Para Alves isso é plenamente normal: As reações ao “Novo” sempre no começo há desconfiança e principalmente há um clima de expectativa, contudo houve várias manifestações de apoio, principalmente após a realização dos cursos de promotor de polícia comunitária e a criação das primeiras Bases Comunitárias de segurança.

O trabalho policial impacta o fenômeno da violência e do crime, quando pautada na filosofia da Polícia Comunitária. Segundo Alves é com esse pensamento que, de maneira mais democrática e efetiva, o Estado consegue melhorar a segurança pública. Em sua visão:

segurança pública não se trata de uma questão apenas de polícia, há uma complexidade muito maior, que envolve educação de qualidade, saúde pública, questões econômicas social, cultural e outras. As quais precisam ser trabalhadas não de forma isoladas, mas dentro da interdependência que necessitam para a vida em sociedade. Portanto não basta combatermos apenas o efeito torna-se imprescindível conhecermos as causas desta problemática, para assim prestarmos efetivamente um serviço de segurança pública eficiente, não apenas “enxugando gelo” como diz Marcos Rolim em seu livro “Síndrome da rainha vermelha.” Frente a este pensamento entendo que o trabalho policial baseado na filosofia de polícia comunitária reencontra a essência da sua criação junto a sociedade, ou seja, direciona seu foco a proteção do cidadão de bem, ao exercício da cidadania, a parceria comunitária, a integração interinstitucional, cenário em que se exige do policial não somente aplicação da lei mas que seja um agente de transformação social ou pedagogo social como Diz Ricardo Balestreri.

Com isso, Alves acredita que para se trabalhar esta estratégia e filosofia de polícia, há necessidade do entendimento e conhecimento deste novo modelo e, esses cursos vem proporcionar justamente isso, inclusive o fazendo de forma muito bem planejada com os alunos pertencentes a diferentes setores da segurança pública e diferentes setores da sociedade civil organizada.

Para tanto, o envolvimento da comunidade para o trabalho na segurança pública tem partido da premissa de que é importante fomentar a necessidade do trabalho conjunto, entre a polícia e a sociedade. Sobre isso Alves pontua que: tem envolvido primeiramente com a socialização do conhecimento sobre segurança pública e posteriormente mostrado e fomentado a forma como cada cidadão pode participar da segurança de sua comunidade, principalmente os líderes comunitários. Tem apresentado diversos modelos e ferramentas de participação, onde uma das principais diz respeito aos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), os quais possibilitam uma participação mais próxima da comunidade junto aos órgãos de segurança pública na resolução de problemas de criminalidade, violência, medo do crime e desordens.

O tenente-coronel Alves avalia que os líderes comunitários, após terem feitos os cursos de Polícia Comunitária, melhoram qualitativamente as contribuições para a segurança pública. Ele diz que:

Vejo que muitos líderes que tiveram a oportunidade de participar destes cursos puderam conhecer o contexto da segurança pública e o papel da polícia, melhorando suas contribuições quando das cobranças por segurança, buscando outros setores governamentais tanto na esfera estadual como principalmente na esfera municipal para resoluções de problemas, que a principio não são de violência ou de criminalidade, mas se não resolvido ou dado a devida atenção pode ser geradores da criminalidade.

Malgrado todos os ex-coordenadores acreditem que os epigrafados cursos promovem melhoras na qualidade da segurança pública, quando instados a responderem se houve redução dos índices criminais, todos, argumentam que, devido a falta de dados não tem como responder. Nesse sentido Alves sentencia que:

Para falar em reduções dos índices criminais, precisaríamos ter estes dados durante toda a realização dos cursos e fazer uma análise aprofundada. Contudo posso afirmar que os cursos de promotor de polícia comunitária proporcionaram uma grande aproximação da sociedade civil organizada com polícia, e que esta aproximação lastreada com conhecimento permitiu a realização de inúmeras ações integradas, inúmeros projetos de prevenção social e inúmeras reuniões e debates sobre segurança os quais sem dúvida alguma melhoraram qualidade de vida de muitos cidadãos Mato-Grossenses

Com relação aos professores desse curso Alves disse que primeiramente teriam que ser formados como multiplicadores de polícia comunitária, ter conhecimento sobre o tema a ser ministrado. Disse também que o perfil buscado no professor era que este pudesse ser um facilitador na transmissão do conhecimento com habilidades e atitudes que contribuíssem na interação com os alunos durante o período de aprendizagem. Os professores, em sua maioria, segundo Alves eram bem avaliados pelos alunos. Ele acredita que: “é em decorrência da própria escolha pela coordenadoria, contudo houve alguns professores que não foram bem avaliados, sendo necessária a substituição dos mesmos”.

Sobre os projetos desenvolvidos em sua gestão á frente da Coordenadoria de Polícia Comunitária Alves elenca os principais, quais sejam:

1º Contribuição no firmamento do acordo de Cooperação Técnica entre SENASP, JICA/Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar do Estado de São Paulo e SEJUSP/MT, com vista a capacitar Oficiais no Posto de Tenentes e Capitão nos moldes de Policia Comunitária Sistema Koban, aos Estados assinantes do PRONASCI.

2º Realização do Projeto “Mutirão da Cidadania” pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, e Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social – SETECS, juntamente com demais parceiro, enfrentando grande desafio para promover a inclusão social e resgatar a cidadania em Cuiabá e em todo o Estado de Mato Grosso. Com atendimento nesse período de 849.302.

3º Capacitação profissional em filosofia e estratégia de polícia comunitária, houve um grande esforço da coordenadoria para o Cursos Nacional de Promotor de Polícia Comunitária e Curso Nacional de Multiplicador

de Polícia Comunitária, totalizando 1765 (Mil setecentos e sessenta e cinco) capacitações de servidores do sistema de segurança pública e lideranças comunitárias.

4º Projeto de inclusão digital nas bases comunitária realizado pela Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública SEJUSP - Coordenadoria de Polícia Comunitária em parceria com Secretaria Estado de Trabalho Emprego Cidadania e Assistência Social, com laboratório nas seguintes Bases: Lixeira, Pedregal, Pedra 90, São João Del Rey, Cristo Rei e UFMT, O projeto foi criado com objetivo de atender as comunidades onde as Bases estão localizadas, oferecendo cursos básicos de informática gratuito, beneficiando crianças jovens e adultos.

5º Seminário Internacional de Segurança Cidadã alusiva as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, oportunizou um momento de grande relevância na busca de uma segurança pública mais justa, mais igualitária e mais próxima do cidadão. Com a concretização do Seminário acontecida nos dias 28 e 29 de agosto de 2008, o Cidadão Mato-Grossense que participou do evento e sobretudo os profissionais da área de Segurança puderam conhecer experiências policiais exitosas, que tem sido adotadas por outros países como Honduras, Colômbia e Japão, assim como outros Estados da federação.

6º Projeto Base Móvel Comunitária foi oriunda de um convênio junto ao Ministério da Justiça/SENSP e a SEJUSP que teve início em 2008 com objetivo de melhorar a parceria entre sociedade e polícia, buscando aprimorar a qualidade de vida do cidadão, tendo como o foco as regiões abrangidas pelas Bases Comunitárias de Segurança. Seguindo a necessidade de ampliar o policiamento preventivo, onde os fatores do bom atendimento e melhoria da qualidade de vida da comunidade constituem no grande diferencial deste trabalho.

No período em que esteve á frente da Coordenadoria Alves também conseguiu criar mais 11 (onze) CONSEG's com vistas a facilitar o desenvolvimento da filosofia da Polícia Comunitária em Mato Grosso.

Para Alves os cursos em estudo fomentava nos líderes comunitários uma postura mais crítica em relação à segurança pública. Ele explica que: “após a participação das lideranças comunitária no curso a visão sobre

segurança pública é maximizada e proporciona conhecimentos e ferramentas que possibilita ao líder comunitário posturas e contribuições mais críticas e qualificadas sobre a temática”.

Sobre o planejamento dos cursos Alves disserta que:

O Curso Nacional de Promotor e Multiplicador de Polícia Comunitária com 40 e 80 horas respectivamente, eram realizados em parceria com a SENASP/MJ com objetivo de propor conhecimentos e aprendizados sobre Policiamento Comunitário sob uma nova perspectiva no que tange a evolução das Companhias de Polícia Militar Comunitária para Bases Comunitárias de Segurança, ampliando o quadro de integrantes nestas Bases. Portanto o planejamento do Curso visava atender turmas compostas pelas Instituições Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Politec, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Ministério Público, Exército Brasileiro, Secretarias de Educação e Saúde e pela Comunidade por meio de suas lideranças representativas. Como também eram realizadas na capital e nos principais polos regionais do Estado de Mato Grosso. Outra estratégia adotada para realização destas capacitações foram as criações de turmas Alternativas, onde o Curso, seguindo a mesma carga horária, fora adaptado ao horário noturno de duas semanas e Turma Nível Estratégico, com aulas realizadas uma vez por semana, onde nesta turma possibilitou a capacitação do atual Secretário de Segurança Pública do Estado Exmo Sr Diógenes Curado filho, e todo seu Staff no ano de 2008.

Ainda existe, no pensamento de Alves, resistências com relação a Polícia Comunitária, no entanto, bem menos que quando assumiu a Coordenadoria. Ele acredita que melhorou muito o nível de informação tanto da própria polícia como da comunidade.

O tenente-coronel PM Jonas Duarte de Araújo foi coordenador da Coordenadoria da Polícia Comunitária da então Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) no período de 01 de agosto de 2009 a 01 dezembro de 2011. Hoje comandando a regional de Vila Rica, continua acreditando que o Estado de Mato Grosso está entre os melhores do Brasil no desempenho da filosofia da polícia comunitária.

Foi um dos coordenadores que manteve um atuante relacionamento com os líderes comunitários. Ele adotou como estratégia de aproximação o fortalecimento e a criação de novos CONSEGs no Estado, o seu objetivo era criar, no mínimo, um em cada município. Foi o coordenador que mais criou CONSEG, em sua gestão foram ativados 130 Conselhos.

Como dificuldade ele lamenta que ainda exista alguma resistência por parte de policiais na incorporação dessa metodologia de trabalho com a comunidade. Todavia, ele acredita que no contexto global, a polícia, o governo e a comunidade reagiram muito bem a essa ideia, até porque, segundo ele: “Todos se beneficiaram e está dando bons frutos”.

Para o oficial a importância do trabalho policial ser guiado pela filosofia da Polícia Comunitária se justifica, fundamentalmente, por “ter a comunidade como parceira para buscar solução aos problemas de segurança, que em sua grande maioria são de causas sociais”.

O tenente-coronel Araújo acredita que os cursos de Polícia Comunitária constituem em ferramentas indispensáveis à melhoria da segurança pública, ela aduz que: “vemos que sempre ao final de cada turma as pessoas nos procuram e dizem que o curso valeu a pena, pois não conhecia a filosofia e não sabiam que poderiam contribuir para com a segurança pública”.

Além desses cursos, Araújo, desenvolvia com os alunos alguma ação social, como estratégia reafirmadora do aprendizado, isso, para mostrar na prática como o grupo pode contribuir. Nessa linha ele promoveu também seminários e inaugurou várias bases de segurança na capital e interior.

Com relação ao ponto nuclear de nossa pesquisa Araújo acredita que após a realização do curso de Polícia Comunitária o membro da comunidade fica mais atento, em suas palavras: “ele fica mais ativo e se sente encorajado a procurar os demais parceiros no bairro”.

Todo esse esforço, na visão dele, tem favorecido na redução dos índices criminais, pois em sua percepção, estando à comunidade mais próxima da polícia, e vice-versa, facilita a resolução de pequenos conflitos que poderiam evoluir para delito mais gravoso.

Segundo Araújo os professores desses cursos eram policiais militares, civis, bombeiros, guardas municipais, professores e alguns líderes comunitários. Para ele, a escolha se dava pela proatividade observada no cotidiano de parceria com a polícia e ainda durante o curso de multiplicador. E, em geral esses professores eram bem avaliados pelos alunos. O oficial manifestou que: “as pessoas quase sempre se surpreendiam e relatavam que não sabiam que na segurança pública havia pessoas tão inteligentes”.

Questionado se a liderança comunitária tem sido mais crítica com a segurança pública após realizar o curso de polícia comunitária, Araújo explanou que:

O líder comunitário fica mais pró-ativo em todos os sentidos, as vezes critica, mas também participa mais, então, é parecido com a situação quando você instala uma nova unidade policial em determinada área, no início os registros de ocorrências aumentam, mas depois estabiliza e até diminui. Vejo que o importante não (é) a crítica aumentar ou diminuir, mas sim a participação com a busca de solução, portanto, criticar mais buscar solução a essa crítica e não deixá-la apenas como crítica. Pode acontecer como no CFO⁴, um coordenador da turma recebia as sugestões e de imediato pagava a missão pro aluno correr atrás e colocar a sugestão em prática, com o tempo foi diminuindo as sugestões e chegou uma época em que ninguém mais dava sugestão. (Grifei).

Esses cursos eram levados para todo o Estado de Mato Grosso, tanto para servidores da segurança como para membros dos CONSEGs. Malgrado todo esse esforço aliado aos eventos conscientizadores, como os seminários, contudo, ainda existe resistência à essa estratégia organizacional. Indagado sobre isso, Araújo disse que:

Sim, daqueles que estavam acostumados com o sistema antigo, onde a polícia matava, gritava e mandava calar a boca e isso não dava em nada, hoje em dia esses mal acostumados são poucos. Vejo que a resistência está quebrada, hoje o PM procura o líder comunitário, além de buscar solucionar algum evento, pede para ajuda-lo a ser promovido, ajuda-lo a trazer uma VTR nova pro (de) seu quartel, ajudá-lo a reformar seu quartel, então vemos que a resistência é mínima. Só tem resistência com a filosofia aquele profissional acostumado a fazer coisa errada, pois fica com medo da comunidade denunciá-lo, por esse motivo não quer aproximação.

Em dezembro de 2011 o tenente-coronel Araújo entregou a coordenação desses trabalhos ao major Júlio Martins de Carvalho. Este que foi o primeiro policial mato-grossense a visitar oficialmente o Japão⁵ para

⁴ O Curso de Formação de Oficiais (CFO) destina-se a formação, a nível superior, do oficial subalterno e intermediário do Quadro de Oficiais Policiais Militares, masculino e feminino. Incorporará jovens selecionados com aptidões policiais militares, e continuará a selecioná-los em 03 (três) anos (1º, 2º e 3º ano de formação) através de aprimorada educação. Ele integra a Academia de Polícia Militar (APM/MT), unidade de ensino superior que tem por finalidade formar e especializar oficiais da Polícia Militar do Estado (**DECRETO Nº 3.144, DE 06 DE JULHO DE 1993**).

⁵ Constante do Anexo “C” desta dissertação o certificado do major PM Júlio Martins Carvalho de participação no curso de Implementação da Polícia Comunitária usando o sistema Koban pela Japan International Cooperation Agency em 28 de agosto de 2009.

conhecer a metodologia de trabalho da polícia comunitária japonesa. Sobre essa visita técnica ele disse que:

A visita que realizamos ao Japão, com certeza foi de extrema mudança de visão sobre comportamento social diante de nossa cultura. No aspecto de segurança pública, podemos compreender como a atividade de polícia é essencial em todas as sociedades, quanto ao sistema, o que chamou atenção foi a organização pela qual se regula o sistema de segurança e o alinhamento das ações sincronizadas e unificadas, (ciclo completo de polícia), ou seja, fazendo um parâmetro ao nosso sistema percebemos por mais que tentamos a integração, historicamente e pela formação os elos já nascem quebrados.

Sobreleva consignar que a viagem ao Japão foi, cuidadosamente, precedida pela visita à Polícia de São Paulo. Nesse Estado, os alunos ficaram hospedados num hotel tipicamente japonês, para que ambientassem com a cultura do país a ser visitado. Foram orientados pelo senhor Kimura (JICA)⁶ de como o curso ocorreria. Também receberam orientações do coronel PM Lemos Pita, então coordenador nacional de polícia comunitária. Este oficial disse a major Martins que:

O Estado de Mato Grosso estava sendo contemplado com a capacitação em virtude que observadores da JICA, via no estado interesse em difundir a filosofia de polícia comunitária, pois tinha ocorrido recentemente um Seminário Internacional e uma visita do consulado a algumas unidades de polícia comunitária, como a Base do Pedregal. (Grifei).

Pouco após a chegada ao Japão, no aeroporto de Narita em Tóquio, as visitas técnicas tiveram início seguindo uma programação da JICA. O ponto principal dessa visita consistiu em observações ao modelo de policiamento

⁶ A JICA é o órgão do Governo Japonês responsável pela implementação da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) que apoia o crescimento e a estabilidade socioeconômica dos países em desenvolvimento com o objetivo de contribuir para a paz e o desenvolvimento da sociedade internacional. Com uma rede de escritórios que se estende por quase 100 países, a JICA presta assistência a mais de 150 países no mundo todo. A JICA defende uma visão de “desenvolvimento dinâmico e inclusivo” Para tornar essa visão realidade, a JICA está empenhada em quatro missões, quais sejam: desafios que acompanham a globalização como mudanças climáticas e questões relacionadas à água, alimentos e doenças infecciosas; redução da pobreza e crescimento justo; melhoria da governança, como políticas e sistemas de governo de países em desenvolvimento; e garantias da segurança humana. Disponível em: < <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/about/message.html>> Acesso em ago se 2012.

comunitário, conhecido como: Kobans e Chusaisho. Sobre esse primeiro contato com a polícia comunitária japonesa Martins constatou que:

percebemos que o controle na forma de se fazer o policiamento comunitário era padronizado e o link do policiamento comunitário com outras atividades de polícia era percebido, acredito eu por tratar-se de uma POLÍCIA ÚNICA, onde todo o ciclo criminal do profilático até o restaurativo, era acompanhado pela polícia, pode ser comparado no Brasil, como as atividades desenvolvidas: (Polícia Federal, Rodoviária, PM, PJC, BM e POLITEC), percebi uma nítida integração dessas especialidades quanto ao enfrentamento a criminalidade, e acima de tudo em depoimento de um palestrante quanto a reincidência criminal ser em percentual elevado, como aqui no Brasil, a resposta que tive do policial palestrante, era que o percentual era elevado, todavia os números de casos eram baixos, por isso que os investimentos eram no preventivo (Polícia Comunitária).

Perguntado ao major sobre o envolvimento da comunidade junto aos policiais japoneses que trabalham nos postos Chusaisho e nos Kobans, e ele disse que:

A participação da comunidade é notada, nas comunidades onde atendem um Chusaisho, o policial era encontrado sozinho com uma viatura onde fazia os atendimentos e visitas, quando necessário era auxiliado pelos Kobans mais próximos. O policial no Chusaisho era um verdadeiro chefe de polícia da localidade, já nos kobans espalhados na cidade encontravam-se na maioria das vezes o policial sozinho, a pé ou no máximo de bicicleta, todavia sempre com aparato de comunicação e monitorado geograficamente quanto a sua localização. Uma coisa muito interessante que visualizei no Japão justamente foi essa, que comparada a nossa realidade, pois no centro da megalópole de Tokyo, via-se milhares de pessoas e pouquíssimos policiais e poucas notícias crimes, ao contrario nas grandes capitais brasileiras vê-se muita atividade policial e ao mesmo tempo muitos crimes, a mídia japonesa não apresentava programas pirotécnicos da violência, percebi apenas a notícia e um parecer técnico sobre o assunto e nada mais.

Voltando ao policiamento comunitário em Mato Grosso o oficial acredita que desde a década de 1980 o Estado encontra-se em busca de uma identificação quanto à ideia de enfrentar a criminalidade. Para ele: a formação de CONSEGs em todas as cidades do Estado é um começo e sua evolução passará pelo amadurecimento dessas entidades em aprimorarem-se nos objetivos para qual foram criadas e não somente de cunho político partidário e de interesses individuais.

Indagado de que forma podemos fortalecer essa metodologia de trabalho para este Estado, o major Martins respondeu que:

Todos desejam uma polícia e uma segurança pública capaz de conduzir e controlar a criminalidade, fui o primeiro Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso a conhecer a Polícia e a Segurança Pública do Japão, como da alegoria da caverna de Platão, enfrentei questionamentos e intempéries do choque de conhecimentos, optei pela paciência e procuro aconselhar os que estão abertos a visão e catalisar adeptos da filosofia para as futuras gerações de operadores de segurança cidadã nas formações e cursos sobre segurança pública.

Sobre resistência ao policiamento comunitário Martins ponderou que:

Há resistência somente quando não se conhece da filosofia, prova são os que tinham um pré-conceito e após o curso mudou a concepção totalmente. Ainda vejo um processo se iniciando, pois é obvio que para você importar uma metodologia de controle criminal em atividade de polícia que como a japonesa está associada a outras atividades de segurança pública e aplica-se em uma estrutura secular característica das instituições totais e doutrinárias (forma como a segurança pública no Brasil está estruturada com suas polícias), o caminhar é mais lento, pois o que está em jogo não é a prestação de serviço com qualidade ao cidadão e sim as vaidades institucionais. (Grifei).

Para o major Martins a polícia, o governo e a comunidade começaram a entender que a forma mais efetiva de enfrentar qualitativamente o fenômeno da violência e da criminalidade é por meio de políticas que homenageiam a prevenção. Até para compensar, inibir ou mesmo coibir os perversos incentivos da mídia sensacionalista que exploram a violência urbana e massificam o medo na população. Ele disserta que:

A polícia que hoje vivenciamos, justificada pelo incentivo da mídia tende a progredir pela máxima de que o remedial e o cirúrgico na concepção de crimes seja a melhor estratégia, a mídia por sua vez alheia as concepções do crime e violência inerentes ao ser humano vende um produto de desejo do povo que é a violência, esse ciclo perigoso tem fomentado práticas cada vez mais cruéis nas comunidades, o despertar dos sentimentos adormecidos do mal que cada um de nós carregamos conosco. Portanto, é válido a orientação sobre a participação dos seis grandes, qual digo não somente de atividade de polícia comunitária e sim de Segurança Pública.

Instado a falar sobre a importância do trabalho policial ser pautado pela filosofia da Polícia Comunitária, Martins asseverou que: “Ter controle da

criminalidade utilizando em maior escala o profilático e não o remedial, ou seja: O policiamento comunitário visa propor um controle verdadeiro do crime, tendo a comunidade como participe desse enfrentamento, como no bom exemplo da relação: Médico X Paciente, assim deva ser a relação entre o policial X cidadão”.

Com relação aos cursos de Polícia Comunitária (Promotor e Multiplicador) realizado em Estado de Mato Grosso, o major Martins entende que podem melhorar a segurança pública. Ele justifica argumentando que:

Tenho conversado com profissionais, comunidade e é perceptível que a capacitação tem fomentado a evolução de se entender e enfrentar a criminalidade. Há um percentual muito pequeno de profissionais que mesmo realizando o curso não são adeptos a filosofia, isso é normal. E muitos deles após conhecerem a filosofia e o potencial que ela pode oferecer em soluções dos problemas de violência e criminalidade;

Ele acredita que os cursos em comento possam, efetivamente, envolver a comunidade na democratização da segurança pública e mudar pensamentos já consolidados, de viés repressivo, para o ideário da participação conjunta: polícia e comunidade, calcados em ações preventivas, objetivando a melhoria da segurança pública e da qualidade de vida das pessoas.

Martins acredita que após realizar o curso em análise o líder: passa a informar a comunidade com mais capacidade sobre as atividades de polícia comunitária. Acredita também que cursos de Polícia Comunitária têm corroborado com a redução dos índices criminais, notadamente em virtude de possibilitar ou estimular que a partir dele, policial e comunidade passam a discutir juntos os problemas e a propor soluções.

Sobre a qualidade dos professores Martins entende que eles são “bem avaliados pelos alunos, em geral com conceituação alta. As variáveis que surgem, a gestão de capacitação tem em seu banco de dados vários multiplicadores com potencial para substituição” e, isso ajuda a manter nos curso os bons professores e substituir aqueles que não saem bem na avaliação dos alunos.

Para facilitar a disseminação da polícia comunitária em todo o Estado de Mato Grosso, de acordo com Martins, existem hoje 174 CONSEGs, sendo

170 criados e constituídos e 04 provisórios. De sorte que todos os municípios possuem CONSEGs.

Ao ser perguntado ao major Martins se a liderança comunitária tem sido mais crítica com a segurança pública após realizar o curso de polícia. Ele respondeu que: “Os conselhos passaram a olhar com mais crítica porque passaram a ter um conhecimento sobre o policiamento comunitário que antes não tinham, prova disso em algumas localidades tem-se verificado a importância das atividades dessas entidades no cenário local de suas jurisdições, sendo reconhecida como entidade válida e importante pela sociedade e pelas instituições.

Acerca das resistências ao modelo comunitário de fazer polícia Martins entende que ainda existe. Contudo ele entende que: “Há uma concepção errônea da sociedade alimentada pelos meios de comunicação que também são formadores de opinião, que o que dá mídia não é a eficiência da polícia pela redução da criminalidade e sim pelas prisões de pessoas efetuadas, matérias da mídia relacionada a prevenção criminal em percentual são extremamente baixas ao ser comparada as notícias relacionadas ao comportamento criminoso”.

Outra entrevistada de nossa pesquisa foi a major da PMMT Rosalina Gomes de Pinho que é coordenadora da recém-criada Coordenadoria da Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar de Mato Grosso, que veio em substituição ao Programa de Apoio e Integração Comunitária (PAIC).

Para Rosalina o Estado de Mato Grosso está trabalhando de acordo com os ideais da Polícia Comunitária uma vez que vem promovendo uma série de ações focadas nessa direção como a descentralização das Unidades Policias para atuarem junto à comunidade, a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, a criação, na PMMT, da Coordenadoria de Polícia Comunitária, da adoção de diretriz e manual de policiamento comunitário como forma de padronização de ações no policiamento comunitário, dentre outras ações que tem estimulado ao desenvolvimento dessa estratégia organizacional.

Malgrado existirem resistências pontuais, especialmente no comprometimento com as causas da segurança pública, ela acredita que o relacionamento com a comunidade tem sido satisfatório. Uma das estratégias

que ela advoga ser necessária para inibir essa resistência e estimular a aplicabilidade da polícia comunitária é a capacitação continuada de policiais e lideranças para atuarem conjuntamente.

Ao ser perguntado de que maneira a polícia, o governo e a comunidade estão reagindo a essa iniciativa, Rosalina respondeu que:

Sem maiores dados técnicos ou científicos, mas pela experiência diária, acredito que a Polícia Militar tem usado da proximidade para caminhar para uma gestão de qualidade, permitindo a participação e o envolvimento contínuo do cidadão nos planos e planejamento estratégicos, no intuito de se fazer cumprir o preceito Constitucional de que Segurança Pública é responsabilidade de todos.

No entendimento da oficial a importância do trabalho Policial ser pautado pela filosofia da Polícia Comunitária se justifica em virtude de não ter como, na atualidade, de falar em segurança pública sem abordar o tema policiamento comunitário. Para ela:

(...) a Instituição quando presta seus serviços, por meio do Policiamento Comunitário, está buscando prestar um serviço de qualidade, quando faz a descentralização para atendimento ao seu cliente cidadão, quando das reuniões comunitárias para identificar, priorizar e buscar soluções para os problemas relacionados ao crime e ao medo do crime, em conjunto com a comunidade, pode assim, identificar as suas falhas e buscar corrigi-las, identificar e analisar as expectativas de cada cliente (morador de cada região), no intuito de ser uma Polícia Cidadã que respeita a dignidade da pessoa humana e promove os Direitos Humanos, assim, ser conhecida e identificada como Polícia Comunitária.

Em que pese os cursos de Polícia Comunitária (Promotor e Multiplicador) realizado no Estado de Mato Grosso serem considerados uma ferramenta indispensável ao processo de melhoria da segurança pública, Rosalina entende que eles são insuficientes para a gestão e execução com qualidade do Policiamento Comunitário. Para ela, esses cursos tem envolvidos a comunidade na democratização da segurança pública e corroborado na diminuição das resistências que ainda perduram. Nessa linha, ela entende que os cursos:

Tem gerado uma pequena quebra de resistência e gerado aproximação da Comunidade com a Polícia, esclarece aos cursandos da importância da integração e da atuação em conjunto. Tem

proporcionado ao cidadão apresentar propostas e iniciativas para atuação proativa e preventiva da criminalidade.

Assim, de acordo com a oficial, alguns líderes comunitários após realizarem o curso: “demonstram interesse em participar das ações de segurança Pública, procuram a Instituição para se voluntariar e contribuir com a atuação da Polícia Militar. Pode-se constatar, o interesse do líder em aprender sobre a Instituição e como pode contribuir para a redução da criminalidade no local onde ele reside”. (Grifei).

Rosalina vaticina que: “Quando aplicado o aprendizado do curso em ações da Polícia junto a Comunidade em geral, certamente os índices serão reduzidos, no entanto, somente a logo prazo”.

Sobre a intensidade das críticas feitas em desfavor da segurança pública pela liderança comunitária após a realização do curso, Rosalina manifesta que:

De acordo com conversas com alguns alunos, as lideranças passam a ser menos críticos em certo ponto, como a exemplo de cobranças da Polícia Militar para a redução da criminalidade, no entanto em se tratando de estruturação, capacitação e legalidade na atuação as lideranças passam a criticar mais, pois passam a conhecer a realidade da Instituição e as atribuições e obrigações de cada representante da Polícia.

Como estratégia para disseminação e fortalecimento da filosofia da polícia comunitária Rosalina esclarece que: “a Instituição tem adotado o Manual e a Diretriz de Policiamento Comunitário, estabelecendo ações junto a comunidade e às BCS que possam gerar a aproximação do Policial com a Comunidade. Há realização de seminários, palestras e outros eventos destinados a participação de policiais e lideranças no intuito de esclarecer o papel de cada um no contexto de segurança pública, bem como complementar as informações adquiridas nos cursos de Promotor e Multiplicador de Polícia Comunitária”.

CONCLUSÃO

Concluimos que a maioria deles: Wilson Batista; Gley Alves de Almeida; Jonas Duarte de Araújo e Júlio Martins de Carvalho admitem que o

Estado de Mato Grosso está desenvolvendo a largos passos a Polícia Comunitária. Apenas a Adriana de Souza Metelo que entende que: “Talvez por ausência de uma consciência mais sólida construída pela Instituição, com pesquisa, participação dos membros das classes internas e da própria comunidade e a implementação nas instruções e no ensino formativo e não por iniciativas próprias, estivéssemos muitos mais adiantados”.

Acerca da “resistência” a essa nova metodologia de trabalho comunitário na segurança pública todos afirmaram que ainda persiste. Para o tenente-coronel Wilson Batista a resistência maior ocorreu no período da implantação, vez que era algo novo e causaria mudanças. Essas resistências eram tanto internas, da própria corporação, como também por parte de segmentos da comunidade.

Já para a tenente-coronel Adriana a maior resistência ocorreu na implantação da nova política de Bases Comunitárias de Segurança. Para ela: a principal que foi encontrada foi a da própria Polícia Militar que entendia que por haver iniciado o processo tinha o direito absoluto sobre a política de polícia comunitária no Estado e que não cabia aos demais órgãos essa atividade. Mas com o tempo a prática demonstrou que era possível. Ela acredita que a resistência ainda persiste: “principalmente daqueles cujo capital cultural é o do uso da força sempre! Aqueles cuja filosofia teve êxito estão obtendo cooperação da comunidade e aderência à ideia de polícia cidadã”.

Por seu turno o tenente-coronel Alves manifestou que a comunidade reagiu com certa desconfiança, contudo, ele acredita que isso é plenamente normal: As reações ao “Novo” sempre no começo há desconfiança e principalmente há um clima de expectativa, contudo houve várias manifestações de apoio, principalmente após a realização dos cursos de promotor de polícia comunitária e a criação das primeiras Bases Comunitárias de segurança.

Em que pese à resistência constatada, o tenente-coronel Araújo⁷ acredita que no contexto global, a polícia, o governo e a comunidade reagiram

⁷ Araújo entende que resistência persiste para aqueles que: “estavam acostumados com o sistema antigo, onde a polícia matava, gritava e mandava calar a boca e isso não dava em nada, hoje em dia esses mal acostumados são poucos. Vejo que a resistência está quebrada, hoje o PM procura o líder comunitário, além de buscar solucionar algum evento, pede para ajuda-lo a ser promovido, ajuda-lo a trazer uma VTR nova pró (de) seu quartel, ajudá-lo a reformar seu quartel, então vemos que a resistência é mínima.

muito bem a essa ideia, até porque, segundo ele: “Todos se beneficiaram e está dando bons frutos”.

Martins entende que a resistência vai até o conhecimento da filosofia, em suas palavras: Há resistência somente quando não se conhece da filosofia, prova são os que tinham um pré-conceito e após o curso mudou a concepção totalmente.

Agora, especificamente, sobre os cursos de Polícia Comunitária, mesmo concordando com a sua necessidade, eles tem um entendimento diferente sobre do efeito prático na segurança pública.

Para Batista, após a participação nos cursos, o que se verifica é exatamente a não inclusão dos componentes na democratização da segurança. Para ele as instituições embora tentem possibilitar abertura, mas na prática ainda não ocorre, as comunidades inclusive foram chamadas para participar de planejamentos estratégicos participativos, apontaram demandas, porém após conclusão, contudo, não houve continuidade pelas partes no cumprimento de metas estabelecidas. Ele advoga que o papel do líder comunitário, mesmo após ter realizado o curso de polícia comunitária, ainda não está plenamente entendível. Contudo, deixa-os mais críticos.

Por ser turno Adriana⁸ vaticina que os cursos devem e necessitam produzir produtos: pesquisas, dados, ideias, renovar o pensamento e provocar sempre a discussão mediada e pacificada dos problemas de segurança da comunidade, das instituições policiais e das condições de trabalho dos policiais e voluntários. Entretanto, para ela, após realizar o curso de polícia comunitária a liderança: “passa a ser mais crítica com a qualidade do líder ou comandante do policiamento e outras atividades de segurança. Mas passa a ser mais passivo com as autoridades estatais com medidas efetivas na segurança pública. Entendo que esse fenômeno esteja associado a mais acessibilidade dos policiais do que dos políticos”.

Só tem resistência com a filosofia aquele profissional acostumado a fazer coisa errada, pois fica com medo da comunidade denunciá-lo, por esse motivo não quer aproximação”.

⁸ Para Adriana: “o trabalho policial deve ser pautado pela metodologia da Polícia Comunitária e somente assim haverá melhoria na segurança pública de Mato Grosso. A principal melhoria é a organização que a filosofia proporciona. Passa primeiro pelo imagético (como penso a forma) para depois organizar a ação (capacitação, estratégias, táticas, logística e orçamento)”.

No entendimento do tenente-coronel Alves⁹ os líderes comunitários, após terem feitos os cursos de Polícia Comunitária, melhoram qualitativamente as contribuições para a segurança pública. Para ele “muitos líderes que tiveram a oportunidade de participar destes cursos puderam conhecer o contexto da segurança pública e o papel da polícia, melhorando suas contribuições quando das cobranças por segurança, buscando outros setores governamentais tanto na esfera estadual como principalmente na esfera municipal para resoluções de problemas, que a principio não são de violência ou de criminalidade, mas se não resolvido ou dado a devida atenção pode ser geradores da criminalidade”.

Nessa linha Araújo acredita que os cursos de Polícia Comunitária constituem ferramentas indispensáveis á melhoria da segurança pública: “vemos que sempre ao final de cada turma as pessoas nos procuram e dizem que o curso valeu a pena, pois não conhecia a filosofia e não sabiam que poderiam contribuir para com a segurança pública”.

Para Martins, que fez o curso no Japão e conheceu o sistema Koban, os cursos de Polícia Comunitária (Promotor e Multiplicador) podem melhorar a segurança pública: “é perceptível que a capacitação tem fomentado a evolução de se entender e enfrentar a criminalidade. Há um percentual muito pequeno de profissionais que mesmo realizando o curso não são adeptos a filosofia, isso é normal. E muitos deles após conhecerem a filosofia e o potencial que ela pode oferecer em soluções dos problemas de violência e criminalidade”. Ele acredita que os cursos tem o poder de envolver a comunidade na democratização da segurança pública e mudar pensamentos já consolidados. Para ele após realizar o curso o líder: “passa a informar a comunidade com mais capacidade sobre as atividades de polícia comunitária”.

⁹ Para Alves: “a segurança pública não se trata de uma questão apenas de polícia, há uma complexidade muito maior, que envolve educação de qualidade, saúde pública, questões econômicas social, cultural e outras. As quais precisam ser trabalhadas não de forma isoladas, mas dentro da interdependência que necessitam para a vida em sociedade. Portanto não basta combatermos apenas o efeito torna-se imprescindível conhecermos as causas desta problemática, para assim prestarmos efetivamente um serviço de segurança pública eficiente, não apenas “enxugando gelo” como diz Marcos Rolim em seu livro “Síndrome da rainha vermelha.” Frente a este pensamento entendo que o trabalho policial baseado na filosofia de polícia comunitária reencontra a essência da sua criação junto a sociedade, ou seja, direciona seu foco a proteção do cidadão de bem, ao exercício da cidadania, a parceria comunitária, a integração interinstitucional, cenário em que se exige do policial não somente aplicação da lei mas que seja um agente de transformação social ou pedagogo social como Diz Ricardo Balestrieri.

Rosalina entende que os cursos são insuficientes para a gestão e execução com qualidade do Policiamento Comunitário. Para ela, esses cursos têm evolido a comunidade na democratização da segurança pública e corroborado na diminuição das resistências que ainda perduram. Contudo ela assevera que: “alguns líderes comunitários após realizarem o curso demonstram interesse em participar das ações de segurança Pública e procuram a Instituição para se voluntariar e contribuir”.

Assim, constatamos que os gestores dos cursos de Polícia Comunitária de Mato Grosso tem o pensamento alinhado com relação à importância dos cursos na segurança pública e com relação ao efeito positivo na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Luiz Eduardo Pesce de. O Líder policial e sua relações com os conselhos comunitários. Segurança em São Paulo. **A Força Policial**, São Paulo, n. 16, p. 49-76., out./ nov./ dez. 1997.

BATISTA, Wilson. **Análise do Policiamento Comunitário sob a ótica do gerenciamento participativo desenvolvido pela Polícia Militar na Região do São João Del Rey**. APM – Mato Grosso. Monografia apresentada na Academia de Polícia de Goiás no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CSP. 2008.

BAYLEY, David H. & SKOLNICK, Jerome H. **Nova Polícia – Inovações nas Polícias de Seis Cidades Norte-Americanas**. São Paulo. Edusp/Nev-USP/Ford Foundation. 2001.

BRASIL. **Constituição Federal**. 5.ed. Organização de texto por Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CASTRO, Clarindo Alves de; SALES, Zózima Dias dos Santos. **Policiamento Comunitária**. APM – Mato Grosso. Monografia apresentada na Academia de Polícia de Goiás no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO. 2001.

CAMARGO, Carlos Alberto: **Polícia da dignidade humana e prevenção comunitária**. São Paulo: PMESP, 1998.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao Policiamento Comunitário**. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

COSTA, Naldson Ramos da – **Violência Policial, Segurança Pública e Práticas Civilizatórias em Mato Grosso**. Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas/IFCH. Programa de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento Comunitário e o Controle Sobre a Polícia.** São Paulo: IBCCRIM, 2000.

FILHO, José Vicente da Silva. **HOMICÍDIOS: O QUE A POLÍCIA PODE FAZER?** Braudel Papers - nº 26. Disponível em - <<http://www.josevicente.com.br/>> Acesso em 22 de outubro de 2001.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Explicação das Normas da ABNT.** 11ª ed. – Porto Alegre: s.n., 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. **Polícia e Exclusão na Cultura Judiciária.** São Paulo. Tempo Social. USP. Maio 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica** – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

LUIZ, Ronilson de Souza. **Educação Policial-Militar: Necessidades, Práticas e a Matriz Curricular Nacional.** 162. f. 2008. Tese: (Doutorado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008

MARCIANO, Nazareno e PACHECO, Giovanni Cardoso. **Polícia Comunitária: Evoluindo para Polícia do século XXI.** Florianópolis: Insular, 2005.

MATO GROSSO. **Plano Estadual de Segurança,** Diário Oficial, 2003. Disponível em: < <http://www.seguranca.mt.gov.br/>.> acessado em: 22 abr 2007.

MATO GROSSO. Secretária de Justiça e Segurança Pública. **Relatório da Coordenadoria de Polícia Comunitária.** Cuiabá: SEJUSP, 2006.

MONET, Jean-Claude. **Polícia e Sociedades na Europa.** São Paulo. Ford Foundation/NEV/USP. 2001.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro.** 2000. 210f. Tese (Doutorado) - IUPERJ, 2000.

_____, Jacqueline. **Resistências e Dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário.** São Paulo: Tempo Social, 1997.

NAZARENO, Marcineiro e PACHECO, Giovanne C. MARCIANO, Nazareno. **Polícia de Preservação da Ordem Pública.** Artigo. Florianópolis.

ROLIM, Marcos. A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006. 311p.

SANTA CATARINA. Polícia Militar – **Segurança Interativa**. Florianópolis: Polícia Militar, 1998. Manual.

SESP. Disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/forum.php>>. Acesso em: 07 jul. de 2012.

_____. Curso Nacional de Polícia Comunitária. Portaria SENASP nº 014/2006 – Brasília – DF : Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2ª Ed. 2006. 502 p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Conflitos agrários e violência no Brasil**: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000.